Dinheiro.

Brasileiro

43% dos brasileiros se sentem mais confiantes na capacidade de investir no futuro, segundo estudo o comércio de SP.

ELAINE SILVA

GOVERNO FEDERAL

Instituto Jones dos Santos Neves

IMPOSTO DO CAPIXABA VAI MAS NÃO VOLTA

E ainda querem tirar os royalties, Fundap e fundo do Estado

A RONDINELLI TOMAZELLI

O Espírito Santo foi o Estado onde a União mais arrecadou receitas em termos percentuais de janeiro a setembro deste ano. Depois de bater recorde de impostos federais recolhidos de janeiro até julho, o desempenho capixaba teve crescimento de 24,47% em relação ao período de janeiro a setembro de 2010 - R\$ 13 bilhões em 2011 frente os 10,4 bilhões anteriores.

Na variação, o segundo Estado com mais contribuição em arrecadação da Receita Federal foi Alagoas, mas com índice bem inferior: 18,56%. No ranking, o Espírito Santo também supera a média nacional, de 13,17%.

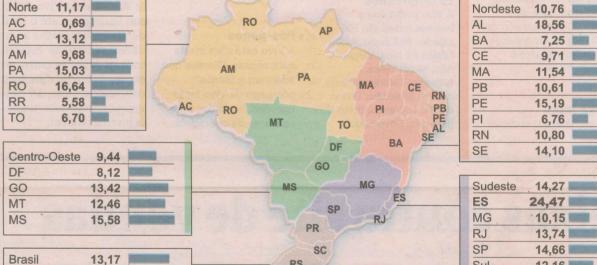
O retorno da União, porém, fica bem aquém dessa contribuição da economia estadual aos sucessivos recordes de arrecadação federal. Historicamente na lanterna dos investimentos federais, o Estado corre risco de perder ao menos R\$ 500 milhões por ano das receitas da ex-

SAI MUITO, VOLTA POUCO

Veja como o Estado foi o que mais teve aumento da arrecadação das receitas de impostos federais que foram entregues ao governo federal

Período: Janeiro a setembro - 2011/2010

Variação %





18,56

MG 10,15 RJ 13,74 14,66 SP Sul 12,16 PR 17,81 RS 7,51 SC 10,85

Enquanto isso, o Estado é um dos que menos recebem dinheiro do orçamento da União

Previsão em 2010: R\$ 560 milhões

Valor pago: R\$ 72 milhões E ainda corremos o risco de perder:

R\$ 500 milhões em royalties e participações especiais

R\$ 1,8 billhão do Fundap

R\$ 700 milhões do Fundo de Participação dos Estados

ploração do petróleo. Não bastasse esse corte fatal nas contas, aprovado no Senado com aval da União, o governo federal também tem como meta eliminar, já em 2012, os sistemas de incentivo fiscal dos Estados para importações, o que implode o sistema ICMS/Fundap que, só para Vitória, causaria perdas em torno de R\$ 100 milhões anuais.

Os dados foram fornecidos pelo deputado Audifax Barcelos, membro da comissão de Tributação e Finanças da Câmara. "Nenhum Estado ou município cresceu tanto. E não tem como a União abrir mão de R\$ 8 bilhões do que lhe cabe de royalties e participação especial do petróleo para evitar a perda grave dos Estados produtores? A União ceder só R\$ 2,8 bilhões nos royalties é irrisório".

O deputado reitera a previsão de que a arrecadação da União chegará a R\$ 1 trilhão em dezembro, com alta o nominal (tirando 7% da inflação) de 20,08% até setembro e crescimento real acumulado de 12,63%.

Novo cálculo mostra que facada é ainda maior: perda de R\$ 10 bilhões até 2020

A Estudos mais atualizados mostram que o Espírito Santo poderá perder R\$ 10 bilhões até 2020, caso seja aprovado o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB). O cálculo inicial mostrava perda de R\$ 8 bilhões de royalties.

A questão dos royalties foi tratada, ontem, pelo governador Renato Casagrande e o vice-presidente, Michel Temer, que veio a Vitória participar de um evento do PMDB. O depu-Lelo Coimbra (PMDB) entregou um docando as reivindicações do Estado neste sentido.

Segundo Lelo e o senador Ricardo Ferraço, o Espírito Santo poderá enfrentar sérias dificuldades, caso o projeto de resolução do senador Romero

cumento a Temer refor- Jucá (PMDB-RR), passe no plenário. Jucá propõe alíquota zero para o ICMS sobre produtos importados, o que inviabiliza a existência do Fundap.

COMISSÃO

Na próxima semana, o

presidente da Câmara, Marco Maia, deve instituir a comissão especial para analisar as propostas sobre redistribuição dos royalties de petróleo que tramitam na Casa.

Pelo substitutivo de Vital do Rêgo aprovado no Senado, e que agora tramita na Câmara, a União terá sua fatia nos royalties reduzida de 30% para 20%. Para os Estados produtores, a redução será de 26,25% para 20%.

Já os municípios não produtores de petróleo deixariam de receber 8,75% dos royalties para 40%. O substitutivo prevê também a redistribuição das participações especiais, recurso que é pago sobre a produção de óleo e gás dos grandes campos. (Denise Zandonadi e Rondinelli Tomazelli)